

Ilustres Colegas Advogadas e advogados

Que me seja permitido dirigir as minhas primeiras palavras aos Bastonários aqui presentes, Senhor Dr. Aureliano Aragão, Senhora Dra. Celiza Deus Lima, Senhor Dr. Gabriel Costa, para lhes felicitar pelo trabalho por eles desenvolvido em prol da consolidação e fortalecimento da nossa Ordem e sua credibilização no seio da nossa sociedade e o reconhecimento do seu papel em defesa dos direitos e das liberdades individuais dos cidadãos santomenses

Ex.mo Senhores Bastonários aqui presentes apesar da nossa candidatura ter sido unica, aliás como é tradição, sempre entendi que V.a Ex.as reúnem as qualidades adequadas ao desempenho com mérito do cargo. Estou certo que assim será, pois que V.a Ex.as dedicaram anos de serviço à Ordem, com empenho, zelo e competência. O mandato que agora inicia não constituirá uma tarefa fácil, mas se conseguir unir e agregar à sua volta os advogados terá seguramente um exército valoroso que travará as batalhas necessárias à defesa dos legítimos interesses dos cidadãos, razão de ser da Advocacia.

Caros Colegas,

A nossa sociedade vive hoje um período de assustadora perda de valores que gradualmente vem ameaçando a segurança individual e debilitando a proteção que bens jurídicos beneficiam nas normas vigentes no nosso ordenamento jurídico.

Esta ausência ou degradação de valores que minam as regras de uma convivência social sã e pacífica torna mais aterrador quando se assiste hoje a uma inegável crise no sector da justiça o que pode constituir num futuro próximo um entrave a consolidação do nosso Estado de Direito.

É neste contexto que a Advocacia tem um papel central na mediação das relações entre as pessoas, das pessoas com a sociedade, com os seus poderes organizados, políticos, económicos e sociais, com as suas instituições.

E é num contexto semelhante que os Advogados são absolutamente essenciais na cimentação do direito e realização da justiça.

Desde a história antiga que é realçado o importante papel do advogado como um profissional independente, qualificado, confidente, consultor e “mediador de conflitos”, agindo com ética, numa perspectiva finalística de eficácia a favor do cliente, caracterizada pela função social de serviço público, com a responsabilidade atribuída pelo legislador na administração da justiça.

Não tenho, por isso, outro interesse que não seja o reconhecimento do prestígio da minha própria profissão – a advocacia.

É minha profunda convicção que o prestígio da advocacia se funda necessariamente em três vectores fundamentais: i) independência e liberdade, ii) competência e rigor na defesa dos legítimos interesses dos nossos constituintes ou patrocinados, e no iii) cumprimento das regras deontológicas.

Urge, por isso, fazer publicidade positiva da advocacia, transmitindo aos cidadãos que os advogados desempenham uma função social relevante.

A advocacia em São Tomé tem que ter qualidade, é independente e está ao serviço do direito e da justiça, sendo indispensável na sua boa administração.

Ilustres Colegas

Afirmamos no nosso manifesto eleitoral que faríamos um Mandato de Intervenção, tendo como slogan “**Por uma Ordem Forte, Credível e Coesa e inclusiva.**”

Ora, este desiderato, assenta perfeitamente ao atual estágio da nossa advocacia, que hoje conta com pouco mais de sessenta e cinco advogados. Há uma necessidade de maior envolvimento da classe nos assuntos da Ordem, mas também nos da sociedade em geral.

Forte porque deve ser cumpridora das suas atribuições, interlocutor válido perante as demais instituições de administração da justiça e com poderes de fiscalização para o combate à procuradoria ilícita;

Credível porque os seus membros devem ser cumpridores dos seus deveres e obrigações e participar no exercício do seu relevante papel social, com independência e transparência sem receios e cumplicidades com base em princípios estranhos ao nosso estatuto de profissionais liberais

Coesa porque a boa comunicação, solidariedade e espírito de união deve imperar no seio da Ordem e entre os advogados , de modo a que unidos possamos fazer face às vicissitudes e aos vários desafios com que a Ordem se depara.

Inclusiva porque há que envolver todos advogados na vida da Ordem, na formação dos advogados mais novos e dos menos capacitados, ser uma voz para todo o advogado, lutando pelo respeito dos privilégios e imunidades para o exercício da advocacia

Ilustres Colegas

Somos uma entidade de direito publico que tem como função, por um lado, colaborar com o Estado na administração da justiça e, por outro lado, autorregular a classe dos advogados.

Enquanto órgão colaborante do Estado continuaremos, neste mandato, a acompanhar com a maior atenção a reforma do sector da justiça que o Governo pretende empreender, pois, julgamos que nesta complexa e

gigantesca tarefa a Ordem dos Advogados deverá ser um parceiro incontornável.

Todos nós sabemos que o sistema de justiça apresenta debilidades sérias. Os Tribunais e o Ministério público enfrentam sérios problemas organizacionais e funcionais, assim com; o notário e conservatória fazem um esforço enorme para cumprirem com as suas atribuições, face às dificuldades que enfrentam.

De todas estas dificuldades uma é comum a todos os órgãos intervenientes no sistema de justiça: a fraca preparação e formação de grande parte dos quadros dos vários sectores.

Por esta razão entendemos que deve haver uma parceria ativa entre os vários órgãos do Estado do sistema de judicial, a Ordem dos Advogados e outras associações que têm como objeto a intervenção na área da justiça.

Estamos convencidos de que se todos nós unirmos as nossas sinergias mais facilmente poderemos construir caminhos melhores para que os cidadãos tenham cada vez melhor acesso à justiça e maior confiança nos órgãos chamados a fazer justiça.

Daí que aproveito esta ocasião para, desde já, manifestar a vontade da Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe em assumir uma postura proactiva no acompanhamento de propostas de diplomas legais que visem melhorar o Estado de direito são-tomenses,.

Pretendemos, neste mandato, prestar uma atenção muito séria à nossa vida interna.

Preocupa-nos, desde logo, o facto de constatarmos que alguns colegas, por razões que não conseguimos entender, violam princípios básicos dos nossos estatutos, como a deontologia profissional e o dever de urbanidade, assim como o não menos importante dever de sigilo profissional.

O Estatuto da Ordem dos Advogados são claros na explicitação de quais as formas em que o exercício da advocacia deve ser exercido em São Tome e Príncipe.

Seremos rigorosos em fazer cumprir os estatutos da Ordem, quer no que respeita aos direitos dos advogados quer no que se reporta aos seus deveres.

Aqui uma atenção particular será dada ao pagamento das quotas. Não hesitaremos em aplicar as sanções necessárias para que cada advogado cumpra com o dever elementar de pagamento desta sua obrigação.

Antes de terminar apenas uma breve referência a um aspeto que reputamos de prioridade absoluta neste mandato: **o apoio aos jovens advogados.**

Aos jovens advogados iremos prestar toda a nossa atenção procurando facilitar o seu enquadramento na vida profissional, que é cada vez mais competitiva, bem como na facilitação da sua formação profissional especializada.

Ilustres colegas,

Quero terminar esta minha intervenção agradecendo a todos os colegas que desde o princípio apoiaram a minha candidatura bem como aos colegas que, apesar dos seus enormes afazeres, acederam ao convite de integrarem esta equipa.

Aos meus familiares e amigos o meu obrigado especial por terem tido a compreensão necessária de me apoiarem neste grande desafio.

Juntos somos capazes

Muito obrigada

.